

Editorial

Prezados amigos e amigas da família CEFEP,

Em nível eclesial, estamos em Brasília em pleno Conselho Permanente dos Bispos da CNBB; quer dizer, representantes dos 17 regionais. Muito trabalho. Deve sair um documento de muito proveito para o nosso trabalho de Fé e Política: sobre o Estado, a democracia e a Reforma Política.

Aliás, desde janeiro que vivemos uma “reunião permanente”. O mais importante foi iniciar a 3ª. turma do curso do CEFEP na primeira etapa presencial. Um grupo grande: 58 de 20 estados da Federação e do Distrito Federal. Uma turma simpática e desejosa de crescer na sabedoria e na fé para melhor servir o povo na construção do Reino de Deus. Agora, esta turma está “se ralando” para acompanhar o curso a distância. Interessante! As dificuldades são mais ou menos as mesmas das turmas anteriores mas com matizes bem diversos. Isto faz parte do processo e é um enriquecimento para o CEFEP!

Também estamos na Brasília das corrupções do governador no cárcere, dos deputados/as com muito dinheiro para comprar “panetone”... Em período pré-eleitoral.

No CEFEP, preparamos os seminários das Escolas locais e da Rede de Assessores. Sidney Sabino faz esforço para acolher o melhor possível. Geraldo Aguiar também está em Brasília com viva convicção da importância da Igreja do Brasil contar com leigos/as dignos do nome de cristãos/as.

Um abraço fraterno,

Padre Ernanne Pinheiro

Secretário Executivo do CEFEP

Quaresma, tempo de relacionamento

Pastoralmente, a quaresma tem uma linguagem própria, dentro do Ano Litúrgico. Situada no Ciclo da Páscoa, prepara os fiéis para a celebração do Tríduo Pascal - mistério da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus. A centralidade da Ressurreição de Cristo, que se expressa na alegria do Aleluia, se prolonga durante cinquenta dias, até chegar o dia de Pentecostes.

A preparação para uma celebração importante, num período mais longo, como Advento e Quaresma, ou numa Vigília, como a de Natal e Páscoa, tem uma significação especial na Liturgia. Assim, na preparação para a Páscoa, durante quarenta dias, a quaresma toca consciências e corações, movendo as pessoas na direção de Deus, do mundo e do próximo, mediante a oração, o jejum e a esmola; “essas três práticas atingem de modo profundo os três principais relacionamentos do homem: com Deus, pela oração, com a natureza criada, pelo jejum e com o próximo, pela esmola.” Na verdade, essas práticas sempre estiveram presentes na vida religiosa do povo, porém, muitas vezes, perderam sua razão de ser, por sua formalidade e exterioridade. Em diversas passagens do Antigo Testamento, os profetas dizem que Deus abomina esse tipo de prática exterior que não exprime um relacionamento sincero com Ele. Jesus, na Nova Aliança, exalta o valor da oração, do jejum e da esmola, mas também mostra a sua nulidade, quando, ao praticá-las, as pessoas buscam a sua autoexaltação. (cf Mt 6, 1-17) A Igreja, fiel ao ensinamento de Jesus, continua ensinando o sentido da oração, do jejum e da esmola na vida dos cristãos.

Pela oração, se estabelece o relacionamento entre criador e criatura; dessa maneira, o homem, saindo de si mesmo, mantém-se em comunhão com Deus; em oração, ele se vê numa relação de maior proximidade de Deus que, não obstante a sua natureza transcendental, se deixa encontrar. (cf Is 55,6) A quaresma favorece a vivência da oração das pessoas, em momentos silenciosos do seu dia, ou quando as comunidades cristãs se reúnem, comumente, em caminhadas penitenciais, na

busca da conversão, do aprofundamento espiritual e do testemunho da caridade.

O jejum não consiste apenas na redução do consumo de alimentos; as pessoas privam-se deles por uma causa maior, o Reino de Deus, “sobretudo abstendo-se do pecado.” Ao abster-se da porção habitual de alimento, ninguém compromete a saúde e exercita a pedagogia do autodomínio, de que tanto necessita, em situações concretas. A natureza também favorece o encontro com Deus quando a pessoa, “fazendo uso dos bens terrenos”, entre os quais estão os alimentos, tem a sensação de segurança e de realização. Em face do alimento, uns cometem o pecado capital da gula, quando o consomem em demasia; nessa matéria, tem maior gravidade o pecado social dos “povos da opulência”, diante dos “povos da fome”, como ensina Paulo VI, na Encíclica Populorum Progressio: “Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência.”

A esmola aproxima as pessoas entre si. Assim escreveu São Leão Magno, Papa, no século V: “São inúmeras as obras de misericórdia, o que permite aos verdadeiros cristãos tomar parte na distribuição de esmolas, sejam eles ricos, possuidores de grandes bens, ou pobres, sem muitos recursos. Apesar de nem todos poderem ser iguais na possibilidade de dar, todos podem sê-lo na boa vontade que manifestam.” Pelo gesto da esmola, cada um está se relacionando com Deus, de quem o necessitado é imagem e semelhança.

O bom senso haverá de distinguir o assistencialismo interesseiro de um doador da ação caritativa do esmolar, a conduta clientelista do político da iniciativa solidária da comunidade, a exploração do pedinte oportunista da situação do pobre necessitado.

A quaresma adquire seu real sentido quando é bem celebrada nas comunidades, como rito, e quando as suas exigências são devidamente observadas pelos cristãos.

Dom Genival Saraiva de França

Terceira turma do Curso de Formação Política para Cristão Leigos e Leigas

Aconteceu entre os dias 17 a 30 de janeiro, em Brasília DF, a primeira etapa presencial do Curso de Formação Política para Cristãos Leigos e Leigas. Participaram dessa etapa 56 pessoas de 20 Estados da Federação e do Distrito Federal, dos mais variados engajamentos pastorais e sociais. Todos/as buscavam uma coisa em comum: conhecer, trocar experiências e somar forças com aqueles/as que acreditam na “política como uma forma sublime de exercer a caridade”, conforme afirmava o Papa Paulo VI.

Foram 15 dias de trabalho intenso em que foram abordados temas como Fé e Política na Bíblia/Patristica; História da Política e da Economia: As grandes etapas do capitalismo; História da Formação social, econômica, política e cultural do Brasil/AL democracia; Legislação eleitoral; Projetos para o Brasil: partidos políticos; Projetos dos movimentos sociais; Ensino Social da Igreja: princípios básicos e contexto histórico. As noites foram reservadas para a apresentação das experiências das Escolas Locais de Fé e Política, além de debates e painéis com temas de maior relevância na conjuntura atual. Ao final de cada semana os participantes organizaram uma noite cultural apresentando traços peculiares de cada Região que se fazia presente.

No penúltimo dia o Secretário Geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa visitou o curso e presidiu a celebração eucarística junto aos participantes. Em sua homilia agradeceu a presença de todos e pediu para que seguissem perseverantes na caminhada e que fossem multiplicadores da experiência vivida no CEFEP.

Já no último dia de Curso o sentimento que ficava era o de pertença a uma grande família “cefepiana” (assim os próprios participantes chamam aqueles e aquelas que integram essa rede), além do sentimento de saudade dos momentos vividos em Brasília.

O Curso não para por aí. Dia 22 de fevereiro terá início através de um ambiente virtual, o primeiro de seis módulos de disciplinas a distância (parte integrante do curso) em parceria com a Coordenação Central de Educação a Distância (CCEAD) da PUC Rio, instituição que emitirá os certificados de Extensão (para quem tem nível médio) e Especialização (para quem tem nível superior), ao final do Curso.

Nos meses de junho e julho, os participantes se reunirão em cada uma das cinco macro regiões para avaliar o primeiro semestre do ensino a distância além de aprofundar temas inerentes à realidade de cada grupo.

Essa mesma turma voltará a se reunir em Brasília em janeiro de 2011 para mais quinze dias presenciais. Para concluir o curso cada participante deverá elaborar uma monografia com orientação específica a apresentá-la a uma banca examinadora composta pelo CEFEP e CCEAD PUC /Rio.

Para ver mais fotos do curso, acesse www.cefep.org.br

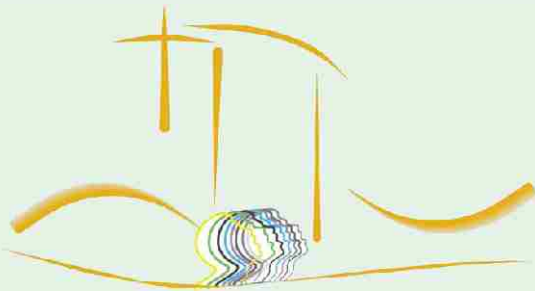


Seminário das Escolas Locais de Fé e Política e da Rede de Assesores do CEFEP

Acontecerá nos dias 18, 19 e 20 de março, em Brasília, o Seminário anual das Escolas Locais de Fé e Política e da Rede de Assesores do CEFEP. Serão dois Seminários concomitantes onde cada grupo terá seu momento específico e momentos em comum como reflexões, oração eucarística e confraternização.

O tema central de estudo será “Eleições 2010”. Será reservado ainda um espaço para a Análise de Conjuntura social e da Igreja, além da retomada das decisões do Seminário realizado em 2009.

Os assessores darão continuidade à elaboração das publicações do CEFEP e as Escolas trarão um pouco de sua experiência para um intercâmbio fraterno da realidade de caminhada de cada uma.



Ficha Limpa pode ser alterado para valer nas eleições deste ano

Parlamentares e representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) defenderam, durante a primeira audiência pública do grupo de trabalho que analisa o projeto Ficha Limpa (PLP 518/09), que as regras de inelegibilidade de candidatos condenados ou denunciados por crimes graves passem a valer já nas eleições de outubro.

Para os debatedores, deve ser incluído no texto um dispositivo que deixe claro o início da validade da lei, a fim de evitar que a norma seja questionada na Justiça em razão do princípio da anterioridade, segundo o qual as mudanças em regras eleitorais só terão validade um ano após a sua publicação.

"Não parece razoável deixar essas normas para as próximas eleições", disse o presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), Marlon Reis. A Abramppe é uma das 43 entidades que compõem o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A imediata aplicação das novas regras também foi defendida pelo relator do projeto, deputado Índio da Costa (DEM/RJ). "O ideal é que regras sejam aplicadas já nas eleições de 2010, e eu farei esforço para isso", assegurou.

O líder do Democratas, deputado Paulo Bornhausen (SC), e o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, também concordam com a antecipação das regras de inelegibilidade. "Eu entendo que o princípio da anterioridade não se aplica nesse caso", complementou Cavalcante, ressaltando que a posição é pessoal e não da entidade.

Segunda instância

Outras alterações ao projeto foram propostas durante o debate desta terça-feira. O presidente da OAB disse que os candidatos só deveriam ser inelegíveis quando condenados judicialmente em segunda instância. O projeto atual define que a condenação em primeira instância já é suficiente para impedir alguém de concorrer a um cargo eletivo. "O juiz, como todo ser humano, é falível. Para isso é que existem os órgãos colegiados, onde muitas cabeças vão pensar juntas sobre determinada decisão", disse Cavalcante.

Já o presidente da Abramppe questionou a mudança no texto. Ele argumentou que, em alguns processos, a decisão de primeira instância já é dada em órgãos colegiados, como em casos de foros privilegiados, em que o primeiro julgamento é feito pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"Em vez de evitar injustiças, o projeto pode acabar servindo de guarda-chuva para proteger os bandidos", disse Reis. Uma solução, apontou ele, seria o projeto especificar as hipóteses em que a condenação em primeira instância seja suficiente para declarar a inelegibilidade, como nos crimes hediondos.



Movimentos populares

O líder do Psol, deputado Ivan Valente (SP), demonstrou preocupação com a possibilidade de a proposta criminalizar os movimentos sociais. Para evitar que manifestantes se tornem inelegíveis caso sejam condenados por participar de mobilizações políticas, Valente propôs que o projeto tipifique os crimes passíveis de inelegibilidade. "Somos favoráveis ao projeto. Queremos apenas garantir que não haja injustiças", disse o líder.

Já o representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz, Marcello Machado, afirmou que não há motivo para mudar o texto nesse aspecto. "Se o preço for esse, é preferível não aprovar o Ficha Limpa", disse.

Registro

Também presente no debate, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares, propôs que, no ato de registro da candidatura, o político informe os processos a que responde na Justiça. Seria uma forma de os eleitores terem acesso a essas informações antes de escolher o candidato. "Isso pode ser resolvido com uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral, mas nada impede que seja incluído no projeto", apontou.

Audiências regionais

O grupo de trabalho volta a se reunir nesta quarta-feira (24), às 14h30, no plenário 10, para definir o cronograma de audiências públicas em outros estados. Até o dia 10 de março, os deputados deverão realizar debates em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

A proposta final deverá ser apresentada até o dia 17, e a votação em plenário está prevista para março. "Queremos dar celeridade e formatar um texto que responda aos anseios da sociedade", disse o presidente do grupo de trabalho, deputado Miguel Martini (PHS-MG).

Fonte: www.camara.gov.br



Itepal oferece curso para leigos em abril

Com o objetivo de aprofundar a identidade e a espiritualidade dos cristãos leigos, o Instituto Teológico para a América Latina (Itepal) promove o curso Teologia e Espiritualidade Laical. Realizado em Bogotá, nos dias 12 de abril a 7 de maio, o curso abordará a teologia do laicato, a vocação do laicato leigo na Igreja, a espiritualidade laical e os leigos como construtores da sociedade.

O Itepal é o centro de estudos do Conselho Episcopal Latinoamericano (Celam) e foi criado para oferecer formação em nível superior na área de teologia e pasotral às Conferências Episcopais da América Latina e Caribe. Além do curso para os leigos, o Itepal tem programado para 2010 cursos de doutorado em Direito Canônico, licenciatura em teologia, catequese, pastoral da juventude, dentre outros.

Para obter mais informações, acesse: <http://www.celam.org/itepal>

Fonte: CNBB

Acusado de mandar matar Dorothy Stang vai a julgamento depois de cinco anos

Passados cinco anos do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, a Justiça do estado do Pará marcou para 30 de abril o julgamento de Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão. O fazendeiro é o principal acusado de ser o mandante do crime, ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2005, no município de Anapu. Taradão era o último dos cinco réus que ainda não havia sido julgado.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), o fazendeiro será julgado pelos jurados do 2º Tribunal do Júri da Capital, presidido pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa. Taradão, apontando no inquérito policial como mandante do assassinato da religiosa, vinha recorrendo às instâncias superiores contra a sentença, e conseguia, com isso, protelar a realização do júri popular.



A Justiça paraense também definiu a data do novo julgamento de outro envolvido no assassinato da irmã Dorothy Stang. Foi agendado para o próximo dia 31 o novo julgamento do fazendeiro Vitalmiro Bastos Moura, conhecido como Bida, acusado de mandar matar a missionária. Bida foi condenado num primeiro julgamento, mas absolvido no segundo júri, anulado posteriormente.

Biba está preso desde o início do mês, depois que a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou um habeas corpus que o mantinha em liberdade.

As sessões dos julgamentos estão previstas para começar às 8h, no plenário do Tribunal do Júri de Belém. O promotor de Justiça Edson Souza será o responsável pela acusação, ao lado de advogados de entidades de direitos humanos Otton Fon Filho e João Batista Gonçalves Afonso.

As irmãs da congregação Notre Dame, a qual Dorothy pertencia, comemoraram a decisão da Justiça. Em nota, as religiosas dizem acreditam na "verdade, na Justiça e no respeito entre seres humanos". As irmãs ainda convocam a "sociedade brasileira" para acompanhar os julgamentos. "Que a sociedade brasileira siga atenta os acontecimentos e busque vencer o crime e a impunidade que mata e desmata na Amazônia", diz trecho da nota.

Fonte: Agência Brasil

Campanha da Fraternidade tem cartilha sobre Economia Solidária

Sergio Mariani e Mayrá Lima*

Com o tema Economia e Vida, a Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano tem como um dos objetivos chamar atenção para a Economia Solidária como forma de desenvolvimento das comunidades e combate à pobreza. Para embasar a sociedade sobre o tema, a Campanha disponibilizou a cartilha "Economia Solidária: Outra Economia a Serviço da Vida", material que será distribuído por todo o Brasil.

A cartilha surgiu do diálogo entre Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

O objetivo é trazer a Economia como algo que faz parte do nosso dia a dia como gestão da vida. Dessa forma, a Economia Solidária pode trazer soluções e apontar caminhos para que essa economia seja vista sob uma perspectiva humana e de cuidado com as relações sociais e o meio ambiente. "Esperamos que a publicação aproxime nosso diálogo com outros movimentos sociais e diversos atores e pessoas da sociedade", diz a apresentação da cartilha.



Para baixar a cartilha, acesse <http://www.caritas.org.br/>

*Mariani é Assessor do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária - CFES. Mayrá Lima é jornalista.



II Assembléia Popular Nacional

Será realizada, de 25 a 28 de maio de 2010, em Brasília, a II Assembléia Popular Nacional. A primeira ocorreu, também na capital do país, de 25 a 28 de outubro de 2005

A Assembléia Popular "Mutirão por um novo Brasil" teve como seu principal resultado o projeto "O Brasil que queremos", um documento debatido e aprovado pelos 10 mil participantes deste grande encontro dos setores populares e pastorais sociais, vindos de todas as regiões do país. Este projeto resume as principais propostas dos movimentos sociais e sindicais, entidades, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e pastorais da Igreja Católica, trazendo como conteúdos fundamentais as contribuições das Semanas Sociais Brasileiras, do Grito dos Excluídos/as e das Campanhas contra a Dívida e contra a ALCA, processos realizados desde 1991.

A Assembléia Popular, como instância articuladora, continuou se organizando e se enraizando, nos diversos estados e municípios, como um campo diverso e plural, como um espaço comum aos diferentes movimentos e lutas populares, tanto locais como nacionais. Ao mesmo tempo, foi mantida uma articulação e uma Secretaria Nacional, onde o Projeto Popular "O Brasil que queremos" é a referência comum de todas as entidades, pastorais e movimentos que vêm construindo esta proposta coletiva.

Um novo "instrumento de trabalho" foi sistematizado, com as novas propostas de Projeto Popular e este será apresentado, para debate, correções e complementações, nas Assembléias Populares locais, estaduais e regionais a serem realizadas, de fevereiro a abril de 2010. Estas contribuições serão então sistematizadas em uma nova proposta coletiva de Projeto Popular para o Brasil.

Esta nova proposta será a base das reflexões, debates e consolidação final, a serem realizados durante a II Assembléia Popular Nacional, que será realizada em maio de 2010, em Brasília.

A partir daí, os diversos movimentos sociais, sindicais, entidades, pastorais sociais, povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais terão uma nova ferramenta comum para empreender suas lutas unificadas, na construção do "Brasil que queremos".

Fonte: Análise de Conjuntura Fevereiro/2010

Seminário Regional Sul de Fé e Política

O ano de 2010 já está caracterizado como um ano de grandes definições políticas em nosso país. A própria CNBB está elaborando documento norteador para esse assunto.

Com base nisso, a Comissão Episcopal para o Laicato, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil e o Centro Nacional de Fé e Política D. Helder Câmara promoveu o **Seminário Regional Sul de "Fé e Política"** para as dioceses dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O seminário foi realizado nos dias 5, 6 e 7 de março e contou com a presença de cristãos e cristãs militantes dos diversos partidos, com ou sem cargo eletivo, membros das pastorais sociais, dos Grupos de Fé e Política, dos movimentos eclesiais, associações laicais, alunos e ex-alunos do CEFEP e das Escolas Locais de Fé e Política e dos grupos que têm a cidadania e a política como preocupação básica.



Fonte: www.cnl.org.br

Hidrelétrica de Belo Monte

No início de fevereiro de 2010 o Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, liberou à Eletronorte a licença prévia para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará. Esta é a primeira das três licenças necessárias para a viabilização da obra. A licença prévia permite a realização do leilão entre os consórcios de empresas construtoras, previsto para o mês de março deste ano.

Concebida como a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, as obras deverão mover uma quantidade de terra comparável àquela removida para viabilizar a construção do Canal do Panamá, devendo alagar uma área de 516 km². A licença prévia veio acompanhada por 40 condicionantes que, para serem implementadas, custarão cerca de 1,5 bilhão de reais. Entre estas condicionantes estão a construção de escolas e postos de saúde na região da usina, a realização de obras de saneamento básico em municípios próximos, a manutenção da navegabilidade do rio e a conservação dos ecossistemas locais.

Apesar de todo o rito formal para a concessão da licença ter sido realizado, as críticas e denúncias ao processo de viabilização de Belo Monte são muitas, por parte de setores da população local, de ambientalistas, de cientistas, de indigenistas, do Ministério Público Federal e da Igreja Católica local.

Ribeirinhos, pescadores e povos indígenas reclamam de não terem sido ouvidos e temem a perda de territórios, da floresta, dos peixes como fonte de sobrevivência, da vitalidade do rio e da sua navegabilidade. Moradores de Altamira sofrem com a perspectiva, já reconhecida nos



estudos oficiais de impacto ambiental, da perda dos bairros onde vivem, de suas moradias e de virem a ser, depois de feita a obra, abandonados pelo Poder Público. Ambientalistas criticam a pouca energia a ser gerada (não mais que 4,5 mil MW na maior parte do ano), comparada à desertificação e destruição ambiental a serem implementadas na região da Volta Grande do rio Xingu. Cientistas que estudaram o projeto afirmam que existem erros graves de engenharia e avaliam com preocupação os enormes impactos que a obra terá sobre o meio ambiente e a população local. Indigenistas afirmam que as comunidades indígenas sofrerão com a perda de territórios e com o afluxo de cerca de 100 mil trabalhadores migrantes, que deverão aumentar a agressão às comunidades, seus territórios e suas culturas. O Ministério Público Federal afirma que as audiências públicas não foram suficientes, apenas 4, quando deveriam, segundo os Procuradores Federais, ter sido 27, para que os futuros atingidos pudessem esclarecer dúvidas e se manifestar, e que a licença prévia não incorporou os resultados das audiências públicas realizadas. A Igreja Católica local, à frente Dom Erwin Krautler, Bispo do Xingu e presidente do Cimi, acolhe e repercute as críticas, denúncias e preocupações de todos esses setores, com relação à obra anunciada.

Dom Erwin, em 22 de julho de 2009, teve audiência com o presidente Lula e representantes do setor elétrico e ambiental, responsáveis oficiais pelo empreendimento, acompanhado de representantes de setores críticos e futuros atingidos, incluindo indígenas, ribeirinhos, Procuradores Federais e cientistas. Nesta audiência, o presidente Lula afirmou que "Belo Monte não será enfiada goela abaixo da sociedade" e que "esta obra só será levada à frente se todos ganharem com a sua construção".

O presidente Lula também propôs que aquela fosse "a primeira de uma série de reuniões para se discutir Belo Monte", antes do projeto ser aprovado ou não. No entanto, nenhuma outra reunião como aquela chegou a acontecer.

Fonte: *Análise de Conjuntura Fevereiro 2010*

Acesse o site do CEFEP

www.cefep.org.br

Aí você encontrará documentos e artigos atuais e importantes relacionados à temática Fé e Política

Expediente

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C
Cep: 70790-050 Brasília-DF
Fone/fax: (61) 3349 4623
e-mail: cefep@cefep.org.br
Elaboração: Sidney Sabino
Revisão: Pe. José Emanoel Pinheiro